

## REQUERIMENTO INICIAL

### Processo de Desdobro, Remembramento e suas respectivas reversões

<b>1. Requerentes</b>
1.1. Nome do (s) Proprietário (s)*: Clique aqui para digitar texto.
1.2. Nome do (s) Procurador (s)* (Se for o caso): Clique aqui para digitar texto.
1.3. Nome do Responsável Técnico: Clique aqui para digitar texto.
1.4. E-mail para notificações: Clique aqui para digitar texto.
1.5. Interlocutor principal: Clique aqui para digitar texto.
1.6. Responsável pelo pagamento da taxa: Clique aqui para digitar texto.
<b>*Nota:</b> Para cada requerente - proprietário, procurador e responsável técnico - deverá ser preenchida uma ficha cadastral a ser apresentada anexa a este requerimento.
<b>2. Dados do Processo</b>
2.1. Indicação do tipo de processo pleiteado: <input type="checkbox"/> Desdobro; <input type="checkbox"/> Reversão de Remembramento; <input type="checkbox"/> Remembramento; <input type="checkbox"/> Reversão de Desdobro. <input type="checkbox"/> Remembramento seguido de Desdobro;
2.2. Endereço: Clique aqui para digitar texto.
2.3. Região Administrativa: Clique aqui para digitar texto.
<b>3. Em caso de DESDOBRO DE LOTES</b>
3.1. Trata-se de lote oriundo de parcelamento matriculado em cartório de registro de imóveis? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.2. Quantidade de lotes resultantes: Clique aqui para digitar texto.
3.3. Área dos lotes resultantes: Clique aqui para digitar texto.
3.4. Os lotes resultantes têm no mínimo 1 testada voltada para via pública implantada ou prevista em projeto urbanístico registrado, conforme determina o Art. 78, da Lei 1.027/2023? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.5. Os lotes resultantes têm área mínima de 125,00 metros quadrados e testada frontal mínima de 5,00 metros, conforme determina o Art. 78, da Lei 1.027/2023? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.6. Declaro ciência dos casos em que é vedado o desdobro de lotes nos termos do Art. 79, da Lei 1.027/2023 e Art. 50-A da Lei 948/2019? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>4. Em caso de REMEMBRAMENTO DE LOTES</b>

4.1. Tratam-se de lotes oriundos de parcelamento matriculado em cartório de registro de imóveis?  
 Sim  
 Não

4.2. Área do lote resultante: [Clique aqui para digitar texto.](#)

4.3. O lote resultante tem testada igual ou maior que 100,00 metros ou testadas voltadas para mais de 1 via ou logradouro público?  
 Sim  
 Não

4.4. Declaro ciência dos casos em que é admitido o remembramento de lotes nos termos do Art. 83, da Lei 1.027/2023 e Art. 48 e 49 da Lei 948/2019?  
 Sim  
 Não

**5. Em caso de REVERSÃO DE DESDOBRO OU REVERSÃO DE REMEMBRAMENTO**

5.1. Tratam-se de lotes oriundos de parcelamento matriculado em cartório de registro de imóveis?  
 Sim  
 Não

5.2. Declaro ciência de que compete ao proprietário ou seu representante legalmente constituído a comprovação de que os lotes objeto da reversão pretendida foram objeto de desdobro ou remembramento anterior, nos termos do Art. 146, do Decreto 46.143 de 19/08/2024?  
 Sim  
 Não

**6. Declaração para fins de aplicação de taxa**

De acordo com o Art. 155 do Decreto nº 46.143, de 19 de agosto de 2024, que regulamenta a Lei Complementar nº 1.027, de 28 de novembro de 2023, são estabelecidas as taxas para análise e aprovação de projetos urbanísticos, bem como para análise e aprovação de estudos prévios de viabilidade técnica para implantação de projetos, atualizadas anualmente nos termos do § 10 do referido artigo.

Com base nos §§ 2º e 5º do Art. 155 do Decreto nº 46.143/2024, declaro que a proposta de **MODIFICAÇÃO DE PROJETO** prevê um total de [Clique aqui para digitar texto.](#) parcela (s) (lotes resultantes inseridos na poligonal de projeto).\*

**\*Nota:** Um boleto será gerado com base nas parcelas declaradas neste requerimento. Caso seja identificada divergência entre a quantidade de parcelas declaradas e o projeto urbanístico final, será cobrada a diferença, conforme o disposto no § 6º do Art. 155, mencionado anteriormente.

A contagem dos prazos de análise, conforme o Capítulo VIII do Decreto 46.143/2024, terá início somente após o envio do comprovante de pagamento pelo interessado.

**7. Para fins de Isenção de Taxa**

7.1. Tratam-se de lotes localizados em ARIS ou que sejam oriundos de programas habitacionais de interesse social, conforme determina o § 1º, Art. 86, da Lei 1.027/2023?

Sim

Não

Na hipótese de enquadramento em caso isento do pagamento de taxas, deverá ser apresentado, junto a este requerimento, documento comprobatório da situação aplicável.

## 8. Documentos apresentados

Declaro que junto a este requerimento encaminhei os seguintes documentos:  
(Conforme Capítulo III – Da Documentação Inicial, do Decreto 46.143/2024)

**Certidão de inteiro teor do imóvel ou imóveis**

### Se pessoa física:

Documentação pessoal - Registro Geral – RG;

Documentação pessoal - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

Comprovante de residência.

### Caso em que proprietário se fizer representar:

Documentação de identificação pessoal do outorgado;

Procuração pública com outorga de direitos específicos para a finalidade pretendida.

### Se pessoa jurídica:

Contrato ou estatuto social e respectiva ata de eleição, acompanhados de certidão simplificada da junta comercial;

Documentação pessoal do representante legal da pessoa jurídica;

Cadastro nacional de pessoa jurídica.

A documentação para o início do processo de aprovação de projeto de urbanismo deve ser protocolada em arquivos digitais.

## 9. Declaração de Responsabilidade

Declaro:

1. Que cumpro as disposições da Lei Complementar nº 1.027, de 28 de novembro de 2023, do Decreto nº 46.143, de 19 de agosto de 2024, e das legislações vigentes correlatas;
2. Que tenho ciência de que este requerimento não autoriza o desdobro ou remembramento de lotes e suas respectivas reversões;
3. Que estou ciente de que a análise do enquadramento legal indicado no presente requerimento é de minha responsabilidade;
4. Que o pagamento de taxa não garante a aprovação do enquadramento, cuja análise legal foi realizada conforme declarado anteriormente;
5. Que as informações prestadas são verídicas; e
6. Que estou ciente de que a declaração falsa no presente requerimento constitui crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal).

Brasília, Clique aqui para inserir uma data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente